



Ata nº 037 da Sessão Ordinária nº 037, de  
03 de junho de 2014.

Às nove horas do dia três e junho de dois mil e quatorze, na sede do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, na Sala das Sessões, Auditório "Governador Alacid da Silva Nunes", sob a Presidência da Conselheira **MARA LÚCIA**; presentes os Conselheiros, **ALOÍSIO CHAVES, DANIEL LAVAREDA, CEZAR COLARES, ANTONIO JOSÉ E SÉRGIO LEÃO**; ausência justificada do Conselheiro **JOSÉ CARLOS ARAÚJO**; presença da Procuradora do Ministério Público de Contas dos Municípios do Estado do Pará, **MARIA REGINA CUNHA**; reuniu-se o Egrégio Colegiado do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, em Sessão Ordinária realizada nos termos do artigo 24 do Regimento Interno desta Corte. Em seguida, a Presidência deu início a Sessão, momento em que assim se manifestou: "*havendo quorum, declaro aberta a presente Sessão. Inspirai, Senhor, nossos atos neste Plenário, para que possamos decidir sempre com justiça, equilíbrio e sabedoria*". Houve votação e aprovação da Ata da Sessão nº 024/14. Em sequência, apresentada a **PAUTA DE JULGAMENTOS**, momento em que foram anunciados os processos.

**Processo nº 80012001-00; Prefeitura Municipal de Ananindeua; Prestação de Contas – Exercício 2001; Responsável: Manoel Carlos Antunes; Instrução: Auditora Alessandra Tavares Braga, Leonardo Macieira e 6º Controladoria; Ministério Público: Procuradora Maria Regina da Cunha; Relator: Conselheiro Aloísio Chaves; Publicado no DOE nº 32.653, de 30.05.2014.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela emissão de parecer prévio favorável a aprovação, com ressalva, das contas. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**: "*pela emissão de parecer prévio favorável a aprovação da prestação de contas, com ressalva, da Prefeitura Municipal de Ananindeua, exercício financeiro de 2001, de responsabilidade do Sr. Manoel Carlos Antunes, nos termos do Art. 232, § 2º, do RI/TCM, devendo referido Ordenador recolher ao FUMREAP, a multa de R\$ - 1.000,00 (hum mil reais), na forma do Art. 120-A, II, do RI/TCM, pelo descumprimento do Art. 72, da LRF*". **Em votação**: o Conselheiro Daniel Lavareda, o Conselheiro Cezar Colares, o Conselheiro Antonio José e o Conselheiro Sérgio Leão acompanharam o Relator, na íntegra. A Conselheira Mara Lúcia acompanhou o Relator, com a exclusão da multa ao FUMREAP. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela emissão de parecer prévio favorável a aprovação da prestação de contas, com ressalva, da Prefeitura Municipal de Ananindeua, exercício financeiro de 2001, de responsabilidade do Sr. Manoel Carlos Antunes, nos termos do Art. 232, § 2º, do RI/TCM. **Por maioria**: com recolhimento ao FUMREAP, de multa no valor de R\$ - 1.000,00 (hum mil reais), na forma do Art. 120-A, II, do RI/TCM, pelo descumprimento do Art. 72, da LRF. Vencida a Conselheira Mara Lúcia quanto a exclusão da multa ao FUMREAP. Em seguida, houve a inversão de Pauta com o julgamento do processo de nº 04: **Processo nº 190012009-00; Prefeitura Municipal de Bujaru; Prestação de Contas de Governo - Exercício 2009; Responsável: Maria Antônia da Silva Costa; Instrução: 2ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora Maria Inez Gueiros; Relator: Conselheiro Cezar Colares; Publicado no DOE nº 32.653, de 30.05.2014.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela emissão de parecer prévio contrário a aprovação das contas. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro



Relator proferiu seu **VOTO**: “pela emissão de parecer prévio recomendando à Câmara Municipal de Bujaru a não aprovação das contas de Governo da Prefeitura Municipal, exercício financeiro de 2009, de responsabilidade de Maria Antônia da Silva Costa, face o descumprimento do art. 22, da Lei nº 11.494/2007 e do Art. 20, Inciso III, “b” da LRF. Devendo a Ordenadora recolher ao FUMREAP/TCM, multa no valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), pela contabilização no balanço financeiro, conta “Fornecedores”, de natureza credora, apresentado saldo devedor, caracterizando realização de adiantamento a fornecedores, procedimento vedado pela Lei nº 4.320/64, os descumprimentos do art. 22, da Lei nº 11.494/2007 (FUNDEB) e do Art. 20, Inciso III, “b” da LRF (gasto com pessoal do Executivo), assim como o repasse ao Poder legislativo inferior à proporção estabelecida na LOA, nos termos do Art. 282, I-B, do RI/TCM/Pa. Encaminhe-se cópia dos autos ao Ministério Público Estadual”. **Em votação**: o Conselheiro Aloísio Chaves, o Conselheiro Daniel Lavareda, o Conselheiro Antonio José e o Conselheiro Sérgio Leão acompanharam o Relator, na íntegra. A Conselheira Mara Lúcia acompanhou o Relator, com a exclusão da multa ao FUMREAP. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela emissão de parecer prévio recomendando à Câmara Municipal de Bujaru a não aprovação das contas de Governo da Prefeitura Municipal, exercício financeiro de 2009, de responsabilidade de Maria Antônia da Silva Costa, face o descumprimento do art. 22, da Lei nº 11.494/2007 e do Art. 20, Inciso III, “b” da LRF, com o encaminhamento de cópia dos autos ao Ministério Público Estadual. **Por maioria**: com o recolhimento ao FUMREAP/TCM de multa no valor de R\$-10.000,00 (dez mil reais), pela contabilização no balanço financeiro da conta “Fornecedores” de natureza credora, apresentado saldo devedor, caracterizando realização de adiantamento a fornecedores, procedimento vedado pela Lei nº 4.320/64, e pelos descumprimentos do art. 22, da Lei nº 11.494/2007 (FUNDEB) e do Art. 20, Inciso III, “b” da LRF (gasto com pessoal do Executivo), assim como o repasse ao Poder legislativo inferior a proporção estabelecida na LOA, nos termos do Art. 282, I-B, do RI/TCM/Pa. Vencida a Conselheira Mara Lúcia quanto a exclusão da multa ao FUMREAP. **Processo nº 190012009-00; Prefeitura Municipal de Bujaru; Prestação de Contas de Gestão – Exercício 2009; Responsável: Maria Antônia da Silva Costa; Ministério Público: Procuradora Maria Inez Gueiros; Relator: Conselheiro Cezar Colares; Publicado no DOE nº 32.653, de 30.05.2014.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela não aprovação das contas, com o encaminhamento dos autos ao Ministério Público Estadual. A matéria foi colocada **em discussão**. A Conselheira Relatora proferiu seu **VOTO**: “pela não aprovação das contas de Gestão da Prefeitura Municipal de Bujaru, exercício financeiro de 2009, de responsabilidade de Maria Antônia da Silva Costa, devendo a Ordenadora recolher as seguintes multas: - Aos Cofres Municipais: - R\$ - 5.000,00 (cinco mil reais), pela remessa intempestiva dos RGF's do 1º e 2º semestres, infringindo o Artigo 5º, Inciso I, §§ 1º e 2º, da Lei Federal nº 10.028/2000; - Ao FUMREAP: - R\$-10.000,00 (dez mil reais), pelo atraso considerável da LOA, da prestação de contas do 1º, 2º e 3º quadrimestres, dos RREO's do 2º ao 6º bimestre e do Balanço Geral, nos termos do Art. 284, IV, do RI/TCM/Pa; - R\$-5.000,00 (cinco mil reais), pela conta “receita a comprovar”, o descumprimento do Art. 1º, § 1º, da LRF, o descumprimento do Art. 50, II, da LRF, com fundamento do art. 282, I-B, do RI/TCM/Pa, e o não envio de todos os atos de abertura de créditos adicionais, com fulcro no Caput do Art. 284, do RI/TCM/Pa. Encaminhe-se cópia dos autos ao Ministério Público Estadual”. **Em votação**: o Conselheiro Aloísio Chaves, o Conselheiro Daniel Lavareda, o Conselheiro Antonio José e o Conselheiro Sérgio Leão acompanharam o Relator, na íntegra. A



80 Conselheira Mara Lúcia acompanhou o Relator, com a exclusão das multas ao FUMREAP. A  
81 Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela não aprovação das  
82 contas de Gestão da Prefeitura Municipal de Bujaru, exercício financeiro de 2009, de  
83 responsabilidade de Maria Antônia da Silva Costa, com o recolhimento das seguintes multas: - aos  
84 Cofres Municipais: - R\$-5.000,00 (cinco mil reais), pela remessa intempestiva dos RGF's do 1º e 2º  
85 semestres, em infringência ao Artigo 5º, Inciso I, §§ 1º e 2º da Lei Federal nº 10.028/2000; cópia  
86 dos autos encaminhada ao Ministério Público Estadual. **Por maioria**: ao FUMREAP: - R\$-10.000,00  
87 (dez mil reais), pelo atraso considerável da LOA, da prestação de contas do 1º, 2º e 3º  
88 quadrimestres, dos RREO's do 2º ao 6º bimestre e do Balanço Geral, nos termos do Art. 284, IV, do  
89 RI/TCM/Pa; - R\$-5.000,00 (cinco mil reais), pela conta "receita a comprovar", do descumprimento do  
90 Art. 1º, § 1º, da LRF, o descumprimento do Art. 50, II, da LRF, e do art. 282, I-B, do RI/TCM/Pa, e  
91 pelo não envio de todos os atos de abertura de créditos adicionais, com fulcro no caput do Art. 284  
92 do RI/TCM/Pa. Vencida a Conselheira Mara Lúcia quanto a exclusão das multas ao FUMREAP. Em  
93 seguida, houve a inversão de pauta com o julgamento do processo de nº 07: **Processo nº**  
94 **390022009-00; Câmara Municipal de Juriti; Prestação de Contas anuais de Gestão – Exercício**  
95 **2009; Responsável: Paulo André Amorim Carvalho; Instrução: 4ª Controladoria; Ministério Público:**  
96 **Procuradora Geral - Elisabeth Salame da Silva; Relator: Conselheiro Antonio José; Publicado no**  
97 **DOE nº 32.653, de 30.05.2014.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou  
98 seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela aprovação, com ressalva, das contas. A matéria  
99 foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a  
100 **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela aprovação, com ressalva, das contas da Câmara  
101 Municipal de Juruti, exercício de 2009, com recolhimento aos Cofres do Município, no prazo de  
102 quinze (15) dias, da multa prevista no Art. 5º, I da Lei nº 10.028/00, no valor de R\$-4.458,24  
103 (quatro mil, quatrocentos e cinquenta e oito reais e vinte e quatro centavos), pela não remessa do  
104 Relatório de Gestão Fiscal do 2º semestre. **Processo nº 610022010-00; Câmara Municipal de**  
105 **Primavera; Prestação de Contas – Exercício 2010; Responsável: Leonardo Dias Neri Pragana;**  
106 **Instrução: 4ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora – Maria Regina Cunha; Relator:**  
107 **Conselheiro Antonio José; Publicado no DOE nº 32.653, de 30.05.2014.** Cumprindo dispositivo  
108 regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela não  
109 aprovação das contas, com o encaminhamento de cópia dos autos ao Ministério Público Estadual. A  
110 matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência  
111 proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela não aprovação das contas da  
112 Câmara Municipal de Primavera, exercício de 2010, na forma prevista no Art. 32, III, "a", da Lei nº  
113 084/2012, com o recolhimento aos Cofres do Município, no prazo de quinze (15) dias, devidamente  
114 atualizada, da quantia de R\$-468.147,06 (quatrocentos e sessenta e oito mil, cento e quarenta e  
115 sete reais e seis centavos), lançada à conta "Agente Ordenador", e no mesmo prazo, recolher ao  
116 FUMREAP, multa no valor de R\$-5.000,00 (cinco mil reais), nos termos do § 2º, do art. 120-B, do  
117 RI/TCM/PA, sem prejuízo do encaminhamento de cópia dos autos ao Ministério Público Estadual.  
118 **Processo nº 13982004-00; Fundo Municipal de Saúde de Abaetetuba; Prestação de Contas**  
119 **– Exercício 2004; Responsável: Francineti Maria Rodrigues Carvalho; Instrução: Leonardo Macieira;**



Ministério Público: Procuradora Geral - Elisabeth Salame da Silva; Relatora: Conselheira Rosa Hage, com pedido de Vista ao Conselheiro Aloísio Chaves na Sessão do dia 10.09.2013; **Publicado no DOE nº 32.653, de 30.05.2014.** Cumprindo dispositivo regimental, o Conselheiro Aloísio Chaves proferiu seu **VOTO VISTA:** "*Estou de acordo com o VOTO exarado pela Conselheira Relatora Rosa Hage, que sugere a aprovação das contas, com ressalva, do Fundo Municipal de Saúde de Abaetetuba, exercício financeiro de 2004, de responsabilidade da Sra. Francinete Maria Rodrigues Carvalho*". **Em votação:** o Conselheiro Daniel Lavareda acompanhou a Relatora, com a ressalva de que trata-se de processo antigo. O Conselheiro Sérgio Leão não votou, pois o processo foi da Conselheira Rosa Hage. O Conselheiro Cezar Colares pediu Vista dos autos. Com impedimento da Conselheira Mara Lúcia que atuou nos autos como Procuradora à época. **Processo nº 33972011-00; Fundo Municipal De Assistência Social de Afuá;** Prestação de Contas – Exercício 2011; Responsável: Mercedes Costa Silva (período de 01/01 a 30/11) e Manoel da Silva Vaz (período de 01/12 a 31/12); Instrução: 2ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora Maria Regina da Cunha; Relator: Conselheiro Cezar Colares; **Publicado no DOE nº 32.653, de 30.05.2014.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela aprovação, com ressalva, das contas. A matéria foi colocada **em discussão.** O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO.** A Presidência proclamou a **Decisão:** O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela aprovação, com ressalvas, das contas do Fundo Municipal de Assistência Social de Afuá, exercício financeiro de 2011, de responsabilidade de Mercedes Costa Silva (período de 01/01 a 30/11) e Manoel da Silva Vaz (período de 01/12 a 31/12), com a expedição dos respectivos Alvarás de Quitação. **Processo nº 1114102008-00; Fundo Municipal de Assistência Social de Breu Branco;** Prestação de Contas – Exercício 2008; Responsável: Ilza Pastana Ferreira (período de 01/01 a 31/10) e Solimar Estumano dos Santos (período de 01/11 a 31/12); Instrução: 2ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora – Maria Inez Gueiros; Relator: Conselheiro Cezar Colares; **Publicado no DOE nº 32.653, de 30.05.2014.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela aprovação das contas. A matéria foi colocada **em discussão.** O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO.** A Presidência proclamou a **Decisão:** O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela aprovação das contas do Fundo Municipal de Assistência Social de Breu Branco, exercício financeiro de 2008, de responsabilidade de Ilza Pastana Ferreira (período de 01/01 a 31/10) e de Solimar Estumano dos Santos (período de 01/11 a 31/12), com a expedição dos Alvarás de Quitação. **Processo nº 802252011-00; FUNDEB de São Sebastião da Boa Vista;** Prestação de Contas – Exercício 2011; Responsável: José Maria Gonçalves dos Santos; Instrução: 2ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora Maria Regina da Cunha; Relator: Conselheiro Cezar Colares; **Publicado no DOE nº 32.653, de 30.05.2014.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela não aprovação das contas, com o encaminhamento de cópia dos autos ao Ministério Público Estadual. A matéria foi colocada **em discussão.** O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO.** A Presidência proclamou a **Decisão:** O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela não aprovação das contas do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB do Município de São Sebastião da Boa Vista, exercício





financeiro de 2011, de responsabilidade de José Maria Gonçalves dos Santos, com os seguintes recolhimentos: - aos Cofres Municipais: - R\$-1.623.208,45 (hum milhão, seiscentos e vinte e três mil, duzentos e oito reais e quarenta e cinco centavos), pela conta "Agente Ordenador", devidamente atualizado; ao FUMREAP/TCM: R\$-5.000,00 (cinco mil reais), multa pelas divergências nos saldos, pelo descumprimento do Art. 50, II, da LRF e do Art. 22, da Lei 11.494/2007 (FUNDEB), nos termos do Art. 282, I, "b", do RI/TCM/Pa; R\$-5.000,00 (cinco mil reais), multa pelo não envio do parecer do Conselho Municipal de Controle Social do FUNDEB, da relação de bens adquiridos e incorporados no exercício e dos Contratos Temporários assinados em 2011, com fundamento no Art. 284, § 1º, do RI/TCM/Pa; - R\$-15.000,00 (quinze mil reais) pelas despesas não licitadas no montante de R\$ - 3.094.707,34 (três milhões, noventa e quatro mil, setecentos e sete reais e trinta e quatro centavos), com base no Art. 57 da LC nº 084/2012; cópia dos autos encaminhada ao Ministério Público Estadual. **Processo nº 802212011-00; Fundo Municipal de Assistência Social de São Sebastião da Boa Vista;** Prestação de Contas – Exercício 2011; Responsável: Neuzila de Matos Pereira; Instrução: 2ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora – Maria Regina Cunha; Relator: Conselheiro Cezar Colares; **Publicado no DOE nº 32.653, de 30.05.2014.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela não aprovação das contas, com o encaminhamento de cópia dos autos ao Ministério Público Estadual. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela não aprovação das contas do Fundo Municipal de Assistência Social de São Sebastião da Boa Vista, exercício financeiro de 2011, de responsabilidade de Neuzila de Matos Pereira, face a ausência de processos licitatórios, com o recolhimento ao FUMREAP/TCM, de multa no valor de: R\$ - 10.000,00 (dez mil reais), sobre as despesas de R\$-318.264,07 (trezentos e dezoito mil, duzentos e sessenta e quatro reais e sete centavos), não licitadas, com base no Art. 57 da LC nº 084/2012; cópia dos autos encaminhada ao Ministério Público Estadual. **Processo nº 1372162010-00; Fundo Municipal de Assistência Social de Marituba;** Prestação de Contas de Gestão – Exercício 2010; Responsável: Socorro Garcia Batista do Couto; Instrução: 4ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora Maria Inez Gueiros; Relator: Conselheiro Antonio José; **Publicado no DOE nº 32.653, de 30.05.2014.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela aprovação das contas. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela aprovação, com ressalva, da prestação de contas do Fundo Municipal de Assistência Social de Marituba, exercício de 2010, com o recolhimento ao FUMREAP, no prazo de quinze (15) dias, das seguintes multas: R\$-500,00 (quinhentos reais), pela não remessa da Relação de Bens Móveis Incorporados no exercício e do Parecer do Conselho Municipal de Assistência Social, nos termos do Art. 120-A, II do RI/TCM/PA; - R\$-500,00 (quinhentos reais), pelo descumprimento do art. 7º, XXXIII, da CF (Convite nº 1/2010-00019), nos termos do art. 120-A, parágrafo único, IV, do RI/TCM/PA. **Processo nº 1372222011-00; FUNDEB de Marituba;** Prestação de Contas de 2011; Responsável: Orziro Santana da Cruz Filho; Instrução: 4ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora Geral - Elisabeth Salame da Silva; Relator: Conselheiro Antonio José; **Publicado no**



**DOE nº 32.653, de 30.05.2014.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela não aprovação das contas, com o encaminhamento de cópia dos autos ao Ministério Público Estadual. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela não aprovação das contas do Fundo de Desenvolvimento da Educação Básica e Valorização do Magistério – FUNDEB de Marituba, exercício de 2011, de responsabilidade de Orziro Santana da Cruz Filho, com o recolhimento aos Cofres Públicos, no prazo de quinze (15) dias, devidamente corrigidas, das seguintes quantias: R\$- 147.428,38 (cento e quarenta e sete mil, quatrocentos e vinte e oito reais e trinta e oito centavos) e R\$ 142.572,31 (cento e quarenta e dois mil, quinhentos e setenta e dois reais e trinta e um centavos) pelo pagamento irregular de obras não realizadas nas Escolas Municipais de Ensino Fundamental Parque das Palmeiras e João Milton Dantas, respectivamente; R\$-281.427,85 (duzentos e oitenta e um mil, quatrocentos e vinte e sete reais e oitenta e cinco centavos), pelo pagamento irregular de obra não realizada nas Escolas Municipais de Ensino Fundamental, Pe. Marcos Shawalder e Nadéia Guimarães dos Santos; R\$-17.374,63 (dezessete mil, trezentos e setenta e quatro reais e sessenta e três centavos) e R\$-6.776,00 (seis mil, setecentos e setenta e seis reais), pela ausência de comprovantes de despesas para os credores Gisele Cristina da Silva e Silva e Condomínio Residencial Nova Marituba II; ao FUMREAP, no mesmo prazo, as seguintes multas: R\$-1.000,00 (hum mil reais), pela remessa intempestiva da prestação de contas do 3º quadrimestre (Art. 120-B, II, RI/TCM/PA); R\$-10.000,00 (dez mil reais), pela ausência de processos licitatórios e processos licitatórios irregulares (Art. 120-A, parágrafo único, III e IV do RI/TCM/PA); cópia dos autos encaminhada ao Ministério Público Estadual. **Processo nº 932792007-00; Fundo Municipal de Educação de Garrafão do Norte**; Prestação de Contas de 2007; Responsável: Antonia Goretti Magalhães da Silva; Instrução: 1ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora – Maria Inez Gueiros; Relator: Conselheiro Sérgio Leão; **Publicado no DOE nº 32.653, de 30.05.2014.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela não aprovação das contas, com o encaminhamento de cópia dos autos ao Ministério Público Estadual. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela não aprovação das Contas do Fundo Municipal de Educação/FUNDEB de Garrafão do Norte, exercício financeiro de 2007, de responsabilidade da Sra. Antônia Goretti Magalhães da Silva, por estarem irregulares, nos termos do Art. 32, III, “c” e “d” da Lei 84/2012, com o encaminhamento de cópia dos autos ao Ministério Público Estadual. **Processo nº 1283982007-00; Fundo Municipal de Assistência Social de Ulianópolis**; Prestação de contas- Exercício 2007; Responsável: Ângela Maria Machado Moraes; Instrução: 1ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora Maria Inez Gueiros; Relator: Conselheiro Sérgio Leão; **Publicado no DOE nº 32.653, de 30.05.2014.** Retirado de Pauta. **Processo nº 140162004-00; Instituto de Previdência e Assistência do Município de Belém - IPAMB**; Prestação de Contas – Exercício 2008; Responsável: Sandra Helena Moraes Leite; Instrução: Auditor Alcimar Lobato/ 3ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora Geral - Elisabeth Salame da Silva; Relatora: Conselheira Mara Lúcia; **Publicado no DOE nº 32.653, de 30.05.2014.** Retirado de



Pauta. **Processo nº 201403692-00; Prefeitura Municipal de Canaã dos Carajás;** Outros -  
Consulta; Responsável: Alexandre Pereira dos Santos; Ministério Público: Procuradora Geral -  
Elisabeth Salame da Silva; Relatora: Conselheira Mara Lúcia. Retirado de Pauta. **Processo nº**  
**201306011-00; Prefeitura Municipal de Santana do Araguaia;** Recurso Ordinário contra a  
Decisão da Resolução nº 10.626 (Prestação de Contas de 2005); Responsável: Antonio Carvelli Filho;  
Instrução: 2ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora Maria Inez Gueiros; Relator: Conselheiro  
Cezar Colares; **Publicado no DOE nº 32.653, de 30.05.2014.** Cumprindo dispositivo regimental,  
o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pelo conhecimento e  
provimento parcial do Recurso. A matéria foi colocada **em discussão.** O Conselheiro Relator  
proferiu seu **VOTO.** A Presidência proclamou a **Decisão:** O Plenário, **à unanimidade,** decidiu pelo  
conhecimento e provimento parcial do Recurso, com a exclusão da conta "Agente Ordenador",  
mantendo a decisão pela emissão de parecer prévio contrário a aprovação das contas, bem como  
das demais multas constantes na Resolução nº 10.626/2012. **Processo nº 1170022005-00;**  
**Câmara Municipal de Nova Esperança do Piriá;** Recurso de Revisão contra o Acórdão nº  
20.298 (Prestação de Contas de 2005); Responsável: Robson Ferreira dos Santos; Instrução: 1ª  
Controladoria; Ministério Público: Procuradora Geral - Elisabeth Salame da Silva; Relator: Conselheiro  
Sérgio Leão; **Publicado no DOE nº 32.653, de 30.05.2014.** Cumprindo dispositivo regimental, o  
Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pelo conhecimento e  
provimento total do Recurso. A matéria foi colocada **em discussão.** O Conselheiro Relator proferiu  
seu **VOTO.** A Presidência proclamou a **Decisão:** O Plenário, **à unanimidade,** decidiu pelo  
conhecimento e provimento total ao Recurso, para reformar o Acórdão 20.298 e considerar regular a  
prestação de contas da Câmara Municipal de Nova Esperança do Piriá, exercício financeiro de 2005,  
com a expedição do Alvará de Quitação no valor de R\$-474.820,76 (quatrocentos e setenta e quatro  
mil, oitocentos e vinte reais e setenta e seis centavos). **Processo nº 140022004-00; Câmara**  
**Municipal de Placas;** Recurso de Revisão contra decisão objeto do Acórdão nº 19.152 (prestação  
de contas de 2004); Responsável: Edson Rosa Correia; Instrução: 5ª Controladoria; Ministério  
Público: Procuradora Geral - Elisabeth Salame da Silva; Relator: Conselheiro Sérgio Leão; **Publicado**  
**no DOE nº 32.653, de 30.05.2014.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público  
ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pelo conhecimento e não provimento do  
Recurso. A matéria foi colocada **em discussão.** O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO em**  
**preliminar:** *"pelo não conhecimento do presente Recurso de Revisão, ficando, assim, mantidos todos os*  
*termos do Acórdão nº 19.152, que decidiu pela não aprovação da prestação de contas da Câmara Municipal*  
*de Placas, exercício financeiro de 2004, que esteve sob a responsabilidade do Sr. Edson Rosa Correia, ora*  
*recorrente".* **Em votação:** o Conselheiro Aloísio Chaves, o Conselheiro Daniel Lavareda, o Conselheiro  
Cezar Colares e o Conselheiro Antonio José acompanharam o Relator, na íntegra. A Conselheira Mara  
Lúcia divergiu do Relator e votou pelo conhecimento do Recurso. A Presidência proclamou a  
**Decisão:** O Plenário, **por maioria,** decidiu pelo não conhecimento do presente Recurso, mantidos  
todos os termos do Acórdão nº 19.152 que decidiu pela não aprovação da prestação de contas da  
Câmara Municipal de Placas, exercício financeiro de 2004, de responsabilidade do Sr. Edson Rosa  
Correia. Vencida a Conselheira Mara Lúcia que votou pelo conhecimento do Recurso. **Processo nº**



**200805788-00; Associação Cultural Bloco Carnavalesco Unidos do Paracuri;** Prestação de Contas dos Convênios nºs 131/2007 e 01/2008, firmados com a FUMBEL/PMB; Responsável: Maria Catarina Santos Gemaque; Instrução: 6ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora Maria Regina Cunha; Relator: Conselheiro Aloísio Chaves; **Publicado no DOE nº 32.653, de 30.05.2014.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela aprovação das contas. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão:** O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela aprovação das contas dos Convênios nºs 131/2007 e 051/2008, celebrados entre a PMB/FUMBEL e a Associação Cultural Bloco Carnavalesco Unidos do Paracuri, por estarem regulares, nos termos do Art. 51 da Lei Complementar nº 25/1994, com a expedição dos Alvarás de Quitação nos valores de R\$ - 2.415,00 (dois mil, quatrocentos e quinze reais), pelo Convênio nº 131/2007 e R\$-4.485,00 (quatro mil, quatrocentos e oitenta e cinco reais), pelo Convênio nº 051/2008.

**Processo nº 200806551-00; Associação Carnavalesca Unidos do Turumã;** Prestação de Contas dos Convênios nºs 107/2007 e 047/2008, firmados com a FUMBEL/PMB; Responsável: Luiz Guilherme Tinoco Muruzinho; Instrução: 6ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora Maria Regina Cunha; Relator: Conselheiro Aloísio Chaves; **Publicado no DOE nº 32.653, de 30.05.2014.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela aprovação das contas. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão:** O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela aprovação das contas dos Convênios nºs 107/2007 e 047/2008, firmados entre a PMB/FUMBEL e a Associação Carnavalesca Unidos do Tarumã, por estarem regulares, nos termos do Art. 51 da Lei Complementar nº 25/1994, com a expedição dos Alvarás de Quitação nos valores de R\$-2.415,00 (dois mil, quatrocentos e quinze reais), pelo Convênio nº 107/2007 e R\$-4.485,00 (quatro mil, quatrocentos e oitenta e cinco reais), pelo Convênio nº 047/2008.

**Processo nº 200804723-00; Escola de Samba da Vila Famosa;** Prestação de Contas do Convênio Nº 042/2008, firmado com a FUMBEL/PMB; Responsável: Marco Antonio Souza de Araújo; Instrução: 6ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora Maria Inez Gueiros; Relator: Conselheiro Aloísio Chaves; **Publicado no DOE nº 32.653, de 30.05.2014.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela aprovação das contas. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão:** O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela aprovação das contas do Convênio nº 042/2008, celebrado entre a PMB/FUMBEL e a Escola de Samba Boêmios da Vila Famosa, por estar regular, nos termos do Art. 51 da Lei Complementar nº 25/1994, com a expedição do Alvará de Quitação no valor de R\$-10.920,00 (dez mil, novecentos e vinte reais).

**Processo nº 200813771-00; União Religiosa dos Cultos Umbandistas e Afro Brasileiros do Estado do Pará;** Prestação de Contas do Convênio nº 066/2008, firmado com a FUMBEL/PMB; Responsável: Itacy Dias Domingues; Instrução: 6ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora Maria Inez Gueiros; Relator: Conselheiro Aloísio Chaves; **Publicado no DOE nº 32.653, de 30.05.2014.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela aprovação das contas. A matéria foi colocada **em discussão**. O





Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, à **unanimidade**, decidiu pela aprovação das contas do Convênio nº 066/2008, celebrado entre a PMB/FUMBEL e a União Religiosa dos Cultos Umbandistas e Afro - Brasileiros do Estado do Pará, por estar regular, nos termos do Art. 51 da Lei Complementar nº 25/1994, com a expedição do Alvará de Quitação no valor de R\$-20.000,00 (vinte mil reais). **Processo nº 200908838-00; Associação Beneficente Recreativo Cultural "Parafuseta da Caratateua"**; Prestação de Contas do Convênio nº 061/2009, firmado com a PMB/FUMBEL; Responsável: Apolo Monteiro Barros; Instrução: 6ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora Maria Regina da Cunha; Relator: Conselheiro Aloísio Chaves; **Publicado no DOE nº 32.653, de 30.05.2014**. Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela aprovação das contas. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, à **unanimidade**, decidiu pela aprovação das contas do Convênio nº 61/2009, celebrado entre a PMB/FUMBEL e a Associação Beneficente Recreativo Cultural "Parafuseta da Caratateua", por estar regular, nos termos do Art. 51 da Lei Complementar nº 25/1994, com a expedição do Alvará de Quitação no valor de R\$ - 17.640,00 (dezessete mil, seiscentos e quarenta reais). **Processo nº 200906414-00; Associação Carnavalesca e Cultural "O Sindicato"**; Prestação de Contas do Convênio nº 060/2009, firmado com a PMB/FUMBEL; Responsável: Sônia Maria da Silva Gonçalves Instrução: 6ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora Maria Inez Gueiros; Relator: Conselheiro Aloísio Chaves; **Publicado no DOE nº 32.653, de 30.05.2014**. Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela aprovação das contas. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, à **unanimidade**, decidiu pela aprovação das contas do Convênio nº 060/2009, celebrado entre a PMB/FUMBEL e a Associação Carnavalesca e Cultural "O Sindicato", por estar regular, nos termos do Art. 51 da Lei Complementar nº 25/1994, com a expedição do Alvará de Quitação no valor de R\$-17.640,00 (dezessete mil, seiscentos e quarenta reais). **Processo nº 200909210-00; Associação dos filhos e amigos do Ilê Iyá Omi Asé Ofa Kare - AFAIA**; Prestação de Contas do Convênio nº 072/2008, firmado com a PMB/FUMBEL; Responsável: Edson Silva Barbosa; Instrução: 6ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora Maria Regina da Cunha; Relator: Conselheiro Aloísio Chaves; **Publicado no DOE nº 32.653, de 30.05.2014**. Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela aprovação das contas. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, à **unanimidade**, decidiu pela aprovação das contas do Convênio nº 072/2009, celebrado entre a PMB/FUMBEL e a Associação dos Filhos e Amigos do Ilê Iyá Omi Asé Ofa Kare – AFAIA, por estar regular, nos termos do Art. 51 da Lei Complementar nº 25/1994, com a expedição do Alvará de Quitação no valor de R\$-3.000,00 (três mil reais). **Processo nº 200912819-00; Associação Carnavalesca Unidos da Vila Izabel**; Prestação de Contas do Convênio nº 53/2009, firmados com a PMB/FUMBEL; Responsável: Marco Antonio Damasceno de Castro; Instrução: 6ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora Maria Inez Gueiros; Relator: Conselheiro Aloísio Chaves; **Publicado no DOE nº 32.653, de**



360 **30.05.2014.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento  
361 dos autos e manifestou-se pela aprovação das contas. A matéria foi colocada **em discussão**. O  
362 Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, à  
363 **unanimidade**, decidiu pela aprovação das contas do Convênio nº 53/2009, celebrado entre a  
364 PMB/FUMBEL e a Associação Carnavalesca Unidos da Vila Izabel, por estar regular, nos termos do  
365 Art. 51 da Lei Complementar nº 25/1994, com a expedição do Alvará de Quitação no valor de R\$ -  
366 7.245,00 (sete mil, duzentos e quarenta e cinco reais). **Processo nº 200920391-00; Associação**  
367 **Cultural Bloco Carnavalesco Unidos do Paracuri**; Prestação de contas do Convênio nº  
368 050/2009, firmado com a FUMBEL/PMB; Interessada: Maria Catarina Santos Gemaque; Ministério  
369 Público: Procuradora Maria Inez Gueiros; Relator: Conselheiro Aloísio Chaves. **Publicado no DOE**  
370 **nº 32.653, de 30.05.2014.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu  
371 posicionamento dos autos e manifestou-se pela aprovação das contas. A matéria foi colocada **em**  
372 **discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O  
373 Plenário, à **unanimidade**, decidiu pela aprovação das contas do Convênio nº 50/2009, celebrado  
374 entre a PMB/FUMBEL e a Associação Cultural Bloco Carnavalesco Unidos do Paracuri, por estar  
375 regular, nos termos do Art. 51 da Lei Complementar nº 25/1994, com a expedição do Alvará de  
376 Quitação no valor de R\$-7.245,00 (sete mil, duzentos e quarenta e cinco reais). **Processo nº**  
377 **200907533-00; Agremiação Cultural e Carnavalesca Oreia Seca**; Prestação de Contas do  
378 Convênio nº 067/2009, firmado com a FUMBEL/ PMB; Responsável: Raimundo Palmeira Oliveira;  
379 Instrução: 6º Controladoria; Ministério Público: Procuradora Maria Regina Cunha; Relator:  
380 Conselheiro Aloísio Chaves, **Publicado no DOE nº 32.653, de 30.05.2014.** Cumprindo  
381 dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se  
382 pela aprovação das contas. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu  
383 seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, à **unanimidade**, decidiu pela  
384 aprovação das contas do Convênio nº 67/2009, celebrado entre a PMB/FUMBEL e a Agremiação  
385 Cultural e Carnavalesca Oreia Seca, por estar regular, nos termos do Art. 51 da Lei Complementar nº  
386 25/1994, com a expedição do Alvará de Quitação no valor de R\$-8.400,00 (oito mil e quatrocentos  
387 reais). **Processo nº 200905876-00; Grêmio Recreativo Cultural Acadêmicos de Samba da**  
388 **Pedreira**; Prestação de Contas do Convênio nº 001/2009, firmado com a FUMBEL/PMB;  
389 Responsável: Ranirson Cabral da Silva; Instrução: 6º Controladoria; Ministério Público: Procuradora  
390 Maria Inez Gueiros; Relator: Conselheiro Aloísio Chaves. **Publicado no DOE nº 32.653, de**  
391 **30.05.2014.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento  
392 dos autos e manifestou-se pela aprovação das conta. A matéria foi colocada **em discussão**. O  
393 Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, à  
394 **unanimidade**, decidiu pela aprovação das contas do Convênio nº 001/2009, celebrado entre a  
395 PMB/FUMBEL e o Grêmio Recreativo Cultural Acadêmicos de Samba da Pedreira, por estar regular,  
396 nos termos do Art. 51 da Lei Complementar nº 25/1994, com a expedição do Alvará de Quitação no  
397 valor de R\$ - 46.200,00 (quarenta e seis mil e duzentos reais). **Processo nº 200906200-00;**  
398 **Gêmio Recreativo, Cultural e Bloco Carnavalesco "Pressão Jurunense"**; Prestação de  
399 Contas do Convênio nº 039/2009, firmado com a FUMBEL/PMB; Interessado: Aída da Cruz Cordeiro;



Ministério Público: Procuradora Maria Inez Gueiros; Relator: Conselheiro Aloísio Chaves. **Publicado no DOE nº 32.653, de 30.05.2014.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela aprovação das contas. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela aprovação das contas do Convênio nº 39/2009, celebrado entre a PMB/FUMBEL e o Grêmio Recreativo, Cultural e Bloco Carnavalesco "Pressão Jurunense", por estar regular, nos termos do Art. 51 da Lei Complementar nº 25/1994, com a expedição do Alvará de Quitação no valor de R\$-9.450,00 (nove mil, quatrocentos e cinquenta reais). **Processo nº 200906616-00; Grêmio Recreativo Beneficente Cultural "Estação 1º do Samba"**; Prestação de Contas do Convênio nº 58/2009, firmado com a FUMBEL/PMB; Interessado: Lauro Fernando Pastana Lima; Ministério Público: Procuradora Maria Inez Gueiros; Relator: Conselheiro Aloísio Chaves. **Publicado no DOE nº 32.653, de 30.05.2014.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela aprovação das contas. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela aprovação das contas do Convênio nº 58/2009, celebrado entre a PMB/FUMBEL e o Grêmio Recreativo Beneficente Cultural "Estação 1ª do Samba", por estar regular, nos termos do Art. 51 da Lei Complementar nº 25/1994, com a expedição do Alvará de Quitação no valor de R\$-17.640,00 (dezessete mil, seiscentos e quarenta reais). **Processo nº 201016682-00; Obras Sociais da Paróquia de Nazaré**; Prestação de Contas do Convênio nº 075/2009, firmado com a FUMBEL/PMB; Interessado: Padre Raimundo Silvio Jaques; Instrução: 6º Controladoria; Ministério Público: Procuradora Maria Regina da Cunha; Relator: Conselheiro Aloísio Chaves. **Publicado no DOE nº 32.653, de 30.05.2014.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela aprovação das contas. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela aprovação das contas do Convênio nº 75/2009, celebrado entre a PMB/FUMBEL e a Obras Sociais da Paróquia de Nazaré, por estar regular, nos termos do Art. 51 da Lei Complementar nº 25/1994, com a expedição do Alvará de Quitação no valor de R\$ - 300.000,00 (trezentos mil reais). **Processo nº 201210383-00; Belém – Liga de Blocos e Escolas de Samba da Ilha de Caratutuea**; Prestação de Contas do Convênio nº 013/2012, celebrado entre FUMBEL e a Libesica; Interessado: Manoel Lima de Melo; Ministério Público: Procuradora Geral - Elisabeth Salame da Silva; Relator: Conselheiro Cezar Colares. Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela aprovação das contas. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela aprovação das contas referentes ao Convênio nº 013/2012, celebrado entre a FUMBEL e a LIBESICA, no valor de R\$-145.000,00 (cento e quarenta e cinco mil reais), com a expedição do Alvará de Quitação. **Processo nº 201311396-00; Instituto de Previdência do Município de Castanhal - IPMC**; Aposentadoria- Portaria nº 055/2013, de 08.07.2013; Interessado: Francisco Fernandes de Freitas; Ministério Público: Procuradora Maria Inez Gueiros; Relator: Conselheiro Daniel Lavareda.



Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pelo registro do Ato. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pelo registro do Ato. **Processo nº 201207890-00; Instituto de Previdência dos Servidores Municipais de Marabá - IPASEMAR**; Aposentadoria – Portaria nº 030/2012, de 18.04.2012; Interessada: Maria de Lourdes Alves de Souza; Ministério Público: Procuradora Maria Regina Cunha; Relator: Conselheiro Daniel Lavareda. Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pelo registro do Ato. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pelo registro do Ato. **Processo nº 201217563-00; Aposentadoria – IPAMB/PMB**; Aposentadoria – Portaria nº 1339/12, de 02.10.12 – Revisão de Proventos; Interessada: Suely Conceição da Silva; Ministério Público: Procuradora Geral - Elisabeth Salame da Silva; Relator: Conselheiro Antonio José. Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pelo registro do Ato. A matéria foi colocada **em discussão**. O Auditor convocado apresentou sua **proposta de Decisão**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pelo registro da Portaria nº 1339/2012-GP/IPAMB, de 02/10/12, afetando consequentemente o registro anterior. **Processo nº 201217722-00; IPAMB /PMB**; Aposentadoria – Portaria nº 1344/12, de 02.10.12; Interessada: Raimunda Silvana da Costa Barbosa; Ministério Público: Procuradora Geral - Elisabeth Salame da Silva; Relator: Conselheiro Antonio José. Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pelo registro do Ato. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pelo registro da Portaria nº 1344/2012-GP/IPAMB, de 02/10/12, afetando consequentemente o registro anterior. **Processo nº 201217724-00; IPAMB /PMB**; Aposentadoria – Portaria nº 1332/12, de 02.10.12 – Revisão de Proventos; Interessado: Elias Mendonça Alves; Ministério Público: Procuradora Geral - Elisabeth Salame da Silva; Relator: Conselheiro Antonio José. Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pelo registro do Ato. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pelo registro da Portaria nº 1332/2012-GP/IPAMB, de 02/10/12, afetando consequentemente o registro anterior. **Processo nº 200908532-00; secretaria Municipal de Saneamento de Belém – SESAN/ SESUR**; Contrato – 2009 Termos Aditivos aos Contratos Temporários Firmados com Abraão Nogueira Cardoso e outros; Interessado: Natanael Alves Cunha - Secretário; Ministério Público: Procuradora Maria Regina Cunha; Relator: Conselheiro Aloísio Chaves. Retirado de Pauta. **Processo nº 201301223-00; Fundo Municipal de Saúde de Alenquer**; Contrato – 2011 – 2º Termo Aditivo ao Contrato Temporário firmado com Lauriene Brito da Cruz; Responsável: José de Jesus Lima Monteiro - Secretário; Ministério Público: Procuradora Maria Regina Cunha; Relator: Conselheiro Aloísio Chaves. Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se favorável ao registro do Ato. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência





proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pelo registro do Termo Aditivo ao Contrato Temporário nº 47/2001/SEMSA, firmado entre o Fundo Municipal de Saúde de Alenquer e Lauriene Brito da Cruz, em 01.01.2013, na função de Técnica em Enfermagem, que prorrogou por 05 (cinco) meses o contrato de trabalho, devido a estabilidade provisória garantida até o 5º mês após o parto. **Processo nº 201120286-00; Secretaria Municipal de Saúde de Belém - SESMA**; Contrato – 2011 – Contrato Temporário nº 572/2011, firmado entre a SESMA e a Sra. Mirley Castro de Araújo; Responsável: Sylvia Christina Souza de Oliveira Santos; Ministério Público: Procuradora Geral - Elisabeth Salame da Silva; Relator: Conselheiro Daniel Lavareda. Retirado de Pauta. **Processo nº 201217115-00; IPAMB/PMB**; Contrato Temporário entre IPAMB/PMB e Olga Susana Cayulea Ferreira; Interessado: Luiz Octavio Cunha; Ministério Público: Procuradora Geral - Elisabeth Salame da Silva; Relator: Conselheiro Antonio José. Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pelo registro do Ato. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pelo registro do Ato. **Processo nº 201021509-00; Secretaria Municipal de Saúde de Belém - SESMA**; Contrato – 2010 – contrato nº 158/2010, firmado com a empresa Tapajós e Santos Ltda-Me; Interessado: Sérgio de Souza Pimentel; Ministério Público: Procuradora Geral - Elisabeth Salame da Silva; Relator: Conselheiro Daniel Lavareda. Retirado de Pauta. **Processo nº 201114116-00; Ouvidoria Geral do Município de Belém**; Contrato nº 002/2011, firmado com a Empresa C. Mendes e Cia Ltda.; Interessado: Maria Inez Gueiros; Ministério Público: Procuradora Maria Inez Gueiros; Relator: Conselheiro Daniel Lavareda. Retirado de Pauta. **Processo nº 201212817-00; Prefeitura Municipal de Marabá**; Convênio s/n, firmado com a Associação dos Feirantes da Folha 28; Interessado: Maurino Magalhaes de Lima – Ex. Prefeito; Instrução: 5º Controladoria; Ministério Público: Procuradora Maria Inez Gueiros; Relator: Conselheiro Daniel Lavareda. Retirado de Pauta. **Processo nº 201305928-00; SESMA/PMB**; Contrato de locação nº 003/13 entre a SESMA/PMB e Maria Lúcia Flexa Ribeiro Pires; Interessado: Joaquim Pereira Ramos; Ministério Público: Procuradora Maria Regina Cunha; Relator: Conselheiro Antonio José. Retirado de Pauta. Às dez horas e cinquenta minutos, o Conselheiro Cezar Colares assumiu a Presidência da Sessão. Em seguida, houve a inversão de pauta com o julgamento do processo de nº 02: **Processo nº 1030012008-00; Prefeitura Municipal de São João de Pirabas**; Prestação de Contas de Governo - 2008; Interessado: João Bosco Moysés (Espólio/ Inventariantes/Sucessores/Herdeiros/Cônjuge); Instrução: 3º Controladoria; Ministério Público: Procuradora Geral - Elisabeth Salame da Silva; Relatora: Conselheira Mara Lúcia. **Publicado no DOE nº 32.653, de 30.05.2014**. Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela emissão de parecer prévio contrário a aprovação das contas. A matéria foi colocada **em discussão**. A Conselheira Relatora proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela emissão de parecer prévio contrário a aprovação das contas de Governo da Prefeitura Municipal de São João de Pirabas, exercício de 2008, de responsabilidade do Sr. João Bosco Rufino Moysés, com a comunicação ao espólio e, no caso deste não ter sido regularmente constituído, aos herdeiros, sucessores e cônjuge, com o intuito de sanar as pendências relatadas.



**Processo nº 1030012008-00; Prefeitura Municipal de São João de Pirabas;** Prestação de Contas de Gestão - 2008; Interessado: João Bosco Moysés (Espólio/ Inventariantes/ Sucessores/ Herdeiros/ Cônjuge); Instrução: 3º Controladoria; Ministério Público: Procuradora Geral - Elisabeth Salame da Silva; Relatora: Conselheira Mara Lúcia. **Publicado no DOE nº 32.653, de 30.05.2014.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela não aprovação das contas, com a aplicação de multa. A matéria foi colocada **em discussão**. A Conselheira Relatora proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão:** O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela não aprovação das contas de Gestão da Prefeitura Municipal de São João de Pirabas, exercício de 2008, de responsabilidade do Sr. João Bosco Rufino Moysés, com a comunicação ao espólio e, no caso deste não ter sido regularmente constituído, aos herdeiros, sucessores e cônjuge, com o intuito de sanar as pendências ao norte relatadas, e o ressarcimento do valor de R\$-39.600,00 (trinta e nove mil e seiscentos reais), referente a divergência do valor estabelecido no ato de fixação, Lei nº 869/2004, cadastrada pela Resolução nº 7.926/2005/TCM, uma vez existentes débitos referentes ao pagamento de subsídios superior ao ato de fixação cadastrado neste TCM. Em seguida, houve a inversão de pauta com o julgamento do processo de nº 06: **Processo nº 50022006-00; Câmara Municipal de Almeirim;** Prestação de Contas de 2006; Interessado: Maria de Fátima Vieira Vilela; Instrução: 3º Controladoria; Ministério Público: Procuradora Maria Inez Gueiros; Relatora: Conselheira Mara Lúcia. **Publicado no DOE nº 32.653, de 30.05.2014.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela não aprovação das contas, com o encaminhamento de cópia dos autos ao Ministério Público Estadual. A matéria foi colocada **em discussão**. A Conselheira Relatora proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão:** O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela aprovação, com ressalva, das contas da Vereadora Presidente, Maria de Fátima Vieira Vilela, na qualidade de Ordenadora de despesas da Câmara Municipal de Almeirim, exercício de 2006, a quem deve ser emitido o competente Alvará de Quitação no valor de R\$-2.839.845,06 (dois milhões, oitocentos e trinta e nove mil, oitocentos e quarenta e cinco reais e seis centavos), cuja entrega ficará condicionada ao recolhimento da multa no valor de R\$-2.575,80 (dois mil, quinhentos e setenta e cinco reais e oitenta centavos), correspondendo a 7,5% (sete vírgula cinco por cento) dos vencimentos anuais do Ordenador, nos termos da Lei Federal nº 10.028/2000, pela remessa intempestiva do RGF do 2º semestre. Ausência, por ocasião de votação do Conselheiro Antonio José. **MATÉRIA ADMINISTRATIVA.** A Conselheira Mara Lúcia pediu a palavra para dar ciência ao Plenário dos despachos de admissibilidade das seguintes Denúncias, com a determinação das providências necessárias: **Processo nº 201321270-00; Prefeitura Municipal de Santo Antônio do Tauá;** Denúncia; Responsável: Eliseu P. Borralhos da Silva; Denunciado: Prefeito Municipal Sérgio Hiura, Secretária de Educação Carla Etienne Barros e Vereador Fábio Júnior Ferreira dos Reis; Relatora: Conselheira Mara Lúcia. Cumprindo dispositivo regimental, a Conselheira Relatora apresentou ao Plenário sua decisão fundamentada e justificada, para deliberação, nos termos do § 3º do Art. 292 do RI/TCM. A matéria foi colocada **em discussão**. A Presidência proclamou a **Decisão:** O Plenário, **à unanimidade**, decidiu homologar a Decisão da Conselheira Relatora pela admissibilidade da Denúncia. **Processo nº 201314726-00; Secretaria**



**Municipal de Saúde de Santo Antônio do Tauá;** Denúncia; Responsável: Carlos Eduardo de França Oliveira; Denunciado: Prefeito Municipal Sérgio Hiura e Lena Miki Hiura - Secretária de Saúde de Santo Antônio do Tauá; Relatora: Conselheira Mara Lúcia. Cumprindo dispositivo regimental, a Conselheira Relatora apresentou ao Plenário sua decisão fundamentada e justificada, para deliberação, nos termos do § 3º do Art. 292 do RI/TCM. A matéria foi colocada **em discussão**. A Presidência proclamou a **Decisão:** O Plenário, **à unanimidade**, decidiu homologar a Decisão da Conselheira Relatora pela admissibilidade da Denúncia. **Processo nº 201321088-00; Município de Santo Antônio do Tauá;** Denúncia; Responsável: Luiza Rubinete da Conceição (Associação dos moradores do Município de Santo Antônio do Tauá); Denunciado: Sérgio Hiura - Prefeito Municipal, Lena Miki Hiura - Secretária de Saúde, Marcela Joicy Rocha Martins – Secretária de Finanças, José Maria Silva de Oliveira – Secretário de Obras, João Mario Alves Monteiro – Secretário de Transporte, Fábio Júnior Ferreira dos Reis- Vereador, Brasil (Jaime Ferreira Nunes) – Vereador, Irmão Jaime (Jaime de Souza Damasceno) - Vereador; Relatora: Conselheira Mara Lúcia. Cumprindo dispositivo regimental, a Conselheira Relatora apresentou ao Plenário sua decisão fundamentada e justificada, para deliberação, nos termos do § 3º do Art. 292 do RI/TCM. A matéria foi colocada **em discussão**. A Presidência proclamou a **Decisão:** O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pelo preliminar recebimento da Denúncia. Em seguida, o Conselheiro Daniel Lavareda pediu a palavra para comunicar ao Plenário o despacho de admissibilidade da Denúncia protocolada através do **Processo nº 201405505-00; Câmara Municipal de Quatipuru;** Denúncia; Relator: Conselheiro Daniel Lavareda. Cumprindo dispositivo regimental, o Conselheiro Relator apresentou ao Plenário sua decisão fundamentada e justificada, para deliberação, nos termos do § 3º do Art. 292 do RI/TCM. A matéria foi colocada **em discussão**. A Presidência proclamou a **Decisão:** O Plenário, **à unanimidade**, decidiu homologar a Decisão do Conselheiro Relator pela admissibilidade da Denúncia. **Processo nº 201320864-00; Câmara Municipal de Bragança;** Denúncia – 2013; Responsável: Maria do Socorro Oliveira de Souza Lobão – Vereadora da Câmara Municipal de Bragança; Denunciado: Robson de Sousa Feitosa, Secretário Municipal de Educação de Bragança-Pará; Gilney Luis Silva de Alencar, Secretário Municipal de Finanças de Bragança-Pará e João Nelson Pereira Magalhães, Prefeito Municipal de Bragança-Pará; Relator: Conselheiro Daniel Lavareda. Cumprindo dispositivo regimental, o Conselheiro Relator apresentou ao Plenário sua decisão fundamentada e justificada, para deliberação, nos termos do § 3º do Art. 292 do RI/TCM. A matéria foi colocada **em discussão**. A Presidência proclamou a **Decisão:** O Plenário, **à unanimidade**, decidiu homologar a Decisão do Conselheiro Relator pela não admissibilidade da Denúncia, determinando o encaminhamento dos autos ao Tribunal de Contas da União – TCU, nos termos dos arts. 67 e 68, c/c o § 3º, do art. 291, do ATO nº 016/2013, que dispõe sobre o Regimento Interno deste TCM. **DISTRIBUIÇÃO DE PROCESSOS. PALAVRA DOS CONSELHEIROS e MEMBRO DO MINISTÉRIO PÚBLICO:** A Conselheira Mara Lúcia pediu a palavra para apresentar ao Plenário voto de pesar pelo falecimento do Cabo Maués, ressaltando a trajetória dos serviços prestados a esta Casa, no que foi acompanhado, pelos Conselheiros presentes à Sessão. A Presidência, **à unanimidade**, determinou a imediata comunicação do voto de profundo pesar, registrado em Ata,



599 à família enlutada. **ENCERRADA** a presente Sessão, às onze horas e trinta e cinco minutos da qual  
600 foi lavrada a presente Ata.

601 Secretaria Geral do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, em três de junho de dois  
602 mil e quatorze.

Visto:

**Robson Figueiredo do Carmo**

Secretário Geral

Conselheira Vice Presidente **Mara Lúcia**

Presidente da Sessão

Conselheiro Corregedor **Cezar Colares**

Presidente da Sessão